

**CONHECIMENTO DOS INTEGRANTES DE UM COMITÊ MUNICIPAL
ACERCA DO PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E PELO
DIREITO A UMA SEXUALIDADE SAUDÁVEL**

Jamile Bortoluzzi Zordan

Monografia apresentada como exigência parcial do Curso de Especialização em
Psicologia Clínica – Ênfase em Saúde Comunitária – sob orientação da Prof^ª. Dr^ª.

Clarissa De Antoni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Porto Alegre, Março/2011

**CONHECIMENTO DOS INTEGRANTES DE UM COMITÊ MUNICIPAL
ACERCA DO PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E PELO
DIREITO A UMA SEXUALIDADE SAUDÁVEL**

Jamile Bortoluzzi Zordan

Monografia apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como exigência parcial do
Curso de Especialização em Psicologia
Clínica – Ênfase em Saúde Comunitária

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Clarissa De Antoni

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

O caminho pelo qual percorri para chegar até este momento, em que escrevo estes agradecimentos, passa pela minha mente como um filme, em que com muito orgulho digo que fui protagonista! Felizmente, digo com muita alegria, não o percorri sozinha. Agradeço à querida orientadora Clarissa De Antoni, que com honestidade e disposição me guiou por este caminho, fazendo dele menos árido e menos doloroso. Também agradeço aos integrantes do Comitê de Enfrentamento à Exploração que me acolheram tão bem, possibilitando com que esta pesquisa fosse possível, com especial agradecimento à Lísia Beck pela incansável paciência que ela teve no decorrer desta pesquisa. Dedico estas palavras para todos vocês!

Agradeço a todos que de alguma forma me inspiraram a realizar monografia nesta temática, com também especial agradecimento à Maria Helena de Castilhos, pessoa que sugeriu o Comitê de Enfrentamento à Exploração como o local para realização deste trabalho. Ademais, agradeço a minha família, aos meus amigos que demonstraram compreensão, entendendo a realização deste trabalho como algo necessário para o meu crescimento, me auxiliando e trazendo conforto nos momentos em que necessitei. E finalmente aos meus colegas e professores, que participaram juntos comigo deste caminho tão lindo que trilhei durante a especialização. Muito obrigada a todos!

quem quer...amar sem esperar?
sonhar...sem acordar?
amanhecer...sem precisar levantar?
encantar...sem desvairar?
ama-te, ao próximo, como se fosses tu mesmo...
solicita-te...ao outro, como se tu não tivesses limites
solta-te, ao outro, como se pudesses entregar-te a ti mesmo
amarra-te, a ti mesmo, como se pertencesse ao mundo...
viva-te, ao olhar alheio, como se fosses escolha verdadeira
escolhe-te, a vida toda, como se pudesses realizar-te através de ti
e seja o outro, como se não mais pudesses delimitar a tua alma ao teu olhar

Jamile Bortoluzzi Zordan

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
1 . INTRODUÇÃO	7
1.1 Eventos e Conceitos sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes..	7
1.2 Ações no Campo da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	9
2. MÉTODO	13
2.1 Participantes	13
2.2. Instrumentos e materiais.....	13
2.3 Delineamento, Procedimentos e Considerações Éticas.....	13
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
3.1. Conhecimento acerca do Plano de Enfrentamento.....	15
3.2. Relevância do Plano.....	17
3.3. Limitações do Plano.....	18
3.4. Estrutura Sociopolítica.....	19
3.5. Implementação do Plano.....	21
3.6. Tendência futuras do Plano.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28
ANEXOS	
Anexo A.....	32
Anexo B.....	33
Anexo C.....	34

RESUMO

Esse estudo objetivou tornar pública a voz de integrantes de um Comitê Municipal com vistas ao enfrentamento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, evidenciando o que eles sabem sobre o Plano Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Desta forma, o presente trabalho intentou evidenciar as informações que estes profissionais têm deste tema, através de entrevista semi-estruturada, e posterior análise de conteúdo. Revelaram-se assim, temas como a importância do Plano, limitações dele, estrutura sociopolítica, além de sua implementação e as tendências futuras que ele aponta. A maioria das participantes traz, de forma muito evidente, necessidade do Plano ser melhor aplicado, tornando-se um plano operacional, indo além da sua característica de nortear ações, assim como definitivamente “sair do papel”. Trazem também o Plano como um organizador das funções de seus atores sociais, bem como questões referentes à estrutura sociopolítica que o atravessa, pontuando assim a cultura, a estrutura política e a qualificação dos profissionais como assuntos que andam junto à implementação dele. Conclui-se sobre a importância em desvelar esse tema, para que ele não seja mais encoberto, assim como finalmente tornar este Plano um documento operacional. Desdobra-se enfim esta pesquisa como um arquivo histórico do momento atual de oficialização do Comitê de Enfrentamento à Exploração, local onde este trabalho foi realizado, e do Plano Municipal de enfrentamento.

Palavras-chave: Exploração Sexual. Plano de Enfrentamento. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study had the aim to poster the voice of a Municipal Committee members in order to check up on violence and sexual exploitation of children and adolescents, demonstrating what they know about the City Plan to Cope Sexual Exploitation of Children and Adolescents. Thus, this work had the purpose to point out the information these professionals have about this theme, through semi-structured interview and subsequent content analysis. There were exposed issues such as the importance of the Plan, its limitations, its socio-political structure, implementation and its pointing future trends. Most of the participants brings clearly that the Plan needs to be better applied in order to become an operational plan and overcome its characteristic of being a guide to action as well as “get out of the paper” definitely. They also bring the Plan as a function organizer of its social actors, as well as issues related to socio-political structure that crosses it, pointing the culture, the political structure and the qualification of the professionals as matters that go together with the implementation of the Plan. So, it comes to the conclusion about the importance of unveiling this theme so it will no longer be hidden and finally make this Plan become an operational document. This research unfolds a historical file of the current moment of formalizing the Committee to Cope Exploitation, where this work was performed, and the Municipal Coping Plan.

Key words: Sexual Exploitation, Coping Plan, Public Politics

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) tem recebido cada vez mais atenção e está sendo estudado por pesquisadores. É uma temática abordada por programas de escopo governamental, planos municipais e estaduais, que buscam compreender e agregar cada vez mais as ações com objetivo de resolução desta problemática (Castanha, 2008; Cerqueira-Santos, Morais, Moura & Koller, 2008; Leal & Leal, 2002).

Muitos destes estudos voltam sua atenção às crianças e adolescentes (Amorim, 2005; Castanha, 2008; Leal & Leal, 2002), para as políticas e ações neste campo (Brasil, 2001; Castanha, 2008; Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2007; Faria, Oliveira & Mendes, 2007; Leal & Leal, 2002; Paixão & Deslandes, 2010) e poucos à respeito dos profissionais e seus pontos de vista sobre essa temática (Libório, Camargo, Santos & Santos, 2007; Kassar et al., 2005). Portanto, este estudo visou conhecer o que sabem e pensam os profissionais que participam de um Comitê Municipal, a respeito do documento conhecido como Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e pelo Direito a uma Sexualidade Saudável. Sendo assim, esta pesquisa propôs além de propiciar um espaço de fala dos integrantes deste Comitê, a possibilidade de reflexão acerca do Plano Municipal.

1.1. Eventos e Conceitos sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Será abordado a respeito de fatos históricos e políticos, que influenciaram na criação de documentos, ações no campo da ESCA, bem como será explicitado também sobre legislação que prima pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Assim, este subitem buscou expor estas questões para melhor compreender os caminhos que conduziram até os dias de hoje, com relação a esta temática.

Desta forma, iniciamos a explanação deste subitem com o artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988), o qual pontua ser “dever da família, da sociedade e

do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade”, direitos tais como educação, dignidade, liberdade, bem como deixá-las a salvo da exploração, da violência, negligência, crueldade e opressão. Além disso, de acordo com a Lei Federal nº8069 (Brasil, 1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assevera em seu artigo 5º que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Podemos assim perceber que estas duas políticas se encontram em consonância, mostrando artigos com proposições muito similares a respeito deste tema.

Vemos na constituição e no trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da prostituição infanto-juvenil, em 1993, outro fato importante para a questão do enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo ela como objetivo a investigação desta no território brasileiro, buscando responsabilizar os envolvidos (Amorim, 2005; Castanha, 2008; Cerqueira-Santos et al., 2008; Libório, 2004; Morais, Cerqueira-Santos, Moura, Vaz & Koller, 2007). Além disso, a partir desta CPI é que se inicia o processo de modificação da terminologia prostituição infanto-juvenil para exploração sexual de crianças e adolescentes (Amorim, 2005).

Já no ano de 1996 é realizado em Estocolmo o I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual, sendo este um evento importante para a questão do enfrentamento à exploração sexual, pois neste evento foi definido o conceito de exploração sexual (Amorim, 2005; Leal, 1999; Libório, 2004, 2005). Além disso, conforme constata Castanha (2008), a partir deste primeiro congresso, as organizações da sociedade civil brasileira se mobilizam a fim de concretizar a Agenda de Estocolmo, culminando desta forma na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil, durante um encontro realizado na cidade de Natal, em junho de 2000.

Posteriormente, em 2001, no II Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual, realizado em Yokohama, a definição conceitual se aperfeiçoa, sendo propostas quatro modalidades dentro da exploração sexual, quais sejam: prostituição infantil, pornografia, turismo sexual e tráfico (Amorim, 2005; Libório, 2004). Como exposto acima, atualmente a terminologia prostituição infantil é considerada inadequada, já que crianças não se prostituem mas sim são prostituídas. Sendo assim, de acordo com Libório (2004, p. 21) “a prostituição deve ser vista como uma opção do mundo adulto e não associada à população infanto-juvenil”, pois o emprego desta terminologia pode vir

a caracterizar esta população como infratora, e não vitimizada, já explicitado acima, tornando-se inadequada a utilização desta denominação (Amorim, 2005).

No III Congresso Mundial o qual ocorreu no Brasil em novembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, foram analisadas as medidas de ação e êxitos pós II Congresso Mundial. Além disso, houve a discussão para a implementação de um plano de ação para prevenção, evitação e eliminação da exploração de crianças e adolescentes (Castanha, 2008; Nunes, 2009; Oliveira, 2008). Este plano de ação, conforme pontua Nunes (2009) é conhecido como “Pacto do Rio de Janeiro para prevenir e eliminar a Exploração de Crianças e Adolescentes” (p. 115), tendo sido acordado entre “representantes de governos, organizações intergovernamentais, não governamentais, instituições de direitos humanos, representações acadêmicas e de parlamentos, além de representações de crianças de diversos continentes”(p. 115). Ademais, de acordo com Oliveira (2008), este documento busca a concretização de normais legais, políticas públicas, regulação e de serviços de qualidade nas áreas da saúde, da educação, assistência social, segurança e justiça, a fim de realizar ações mais integradas dentre todas as nações.

1.2. Ações no Campo da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Este subitem, assim como já expresso no subitem anterior, buscou expor as ações realizadas no campo da ESCA, a fim de melhor conhecer a sua história e os caminhos que foram percorridos até os dias atuais.

Sendo assim, conforme a Agencia de Notícias dos Direitos da Infância ([ANDI], 2007) o Instituto *World Children Foundation* (WCF) tem na sua pesquisa uma das estratégias do programa “Na Mão Certa”, que busca a mobilização das entidades governamentais, empresas e sociedade civil. Um de seus focos é envolver o setor privado a fim de eliminar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes das rodovias do Brasil, bem como realizar “ações voltadas para a educação continuada dos caminhoneiros, oferecendo a eles – assim como às entidades de classe e empresariais – conteúdos educativos sobre o tema” (p.30). Entre 1996 e 2002 a cobertura feita a situações de Abuso e Exploração Sexual de meninas e meninos computou um crescimento quantitativo de 400%, segundo relatório Imprensa, Infância e Desenvolvimento Humano, coordenado pela ANDI e o Instituto Ayrton Senna. Estudos

atuais produzidos pela ANDI referem que segue aumentando o número de matérias relacionadas à questão (ANDI, 2007).

Cerqueira-Santos et al. (2008) pontuam, em pesquisa, que o caráter circunstancial constitui-se em variável diferenciadora entre caminhoneiros clientes e não clientes da ESCA, isto é “estar parado em um posto de gasolina sem *‘nada para fazer’* ou outra opção qualquer de lazer e entretenimento, pode se constituir como um fator de risco para o envolvimento dos caminhoneiros com crianças e adolescentes em situação de exploração”(pp. 452-453). Ademais, percebe-se nesta pesquisa a tentativa de agregar uma visão menos moralista e mais responsável dos agentes envolvidos nesta problemática, buscando a sua resolução de forma mais integrada e completa. Os pesquisadores também referem que o movimento de enfrentamento da ESCA parece estar evoluindo, embora ainda precise avançar, prova disso é o aumento do número de organizações não-governamentais (ONGs) que tratam do tema. Somam-se a isso as campanhas na mídia, a elaboração de pesquisas e por consequência a obtenção de documentos, produção de livros e artigos e ainda a criação do disque denúncia (Disque 100).

Leal e Leal (2002), postulam ter sido um dos objetivos da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF) “incentivar a participação social, a produção de conhecimento especializado e atualizado sobre o tema, e a orientação para a definição de ações de enfrentamento do fenômeno, fundamentada na concepção dos direitos humanos e em enfoque multidisciplinar do tráfico” (p.35). A PESTRAF foi realizada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) destacando-se, de acordo com Castanha (2008), a instauração deste tema nas agendas governamentais e organizações sociais brasileiras.

Faria et al. (2007), asseveram também que os esforços do Brasil com relação ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, tiveram início com o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (PAIR), coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. Este programa foi elaborado em 2003 conjuntamente pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), pela SEDH, e pela *Partners of Americas* após primeira reunião interministerial, na qual a Presidência da República declara a seus ministros ser

prioridade do governo o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Assim, o PAIR tem como finalidade a conexão de todos os ministérios, organismos internacionais, programas e outros setores relacionados à proteção dos direitos das crianças e adolescentes e o enfrentamento ao crime de exploração sexual e tráfico para os mesmos fins (Presidência da República, 2006).

Outra ação no campo da ESCA se constitui no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, tendo nas diretrizes do seu eixo estratégico síntese metodológica para estruturar políticas públicas, assim como programas e serviços de enfrentamento à violência sexual. E encontramos em seu eixo estruturante os direitos humanos sexuais para crianças e adolescentes (Brasil, 2001; Castanha, 2008; Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2007; Libório, 2004). Posteriormente, este Plano é descentralizado para elaborar Planos estaduais e municipais “que são estruturantes de ações finalísticas na atenção direta às pessoas vitimizadas pela violência sexual” (Castanha, 2008, p.16), que tem como um de seus objetivos cessar e prevenir a violência, assim como propiciar inclusão social de crianças e adolescentes vitimizados.

Na sua versão municipal de Porto Alegre, e estadual do RS, o Plano possui os seguintes eixos estratégicos: análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente [CMDCA], n/d; Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, n/d). Sendo assim, de acordo com o CMDCA (n/d), este Plano tem como objetivo buscar o estabelecimento de ações, de forma articulada, que permitam a intervenção dentro da problemática da ESCA. As instituições que participaram na elaboração deste Plano foram estas: CMDCA/POA, Prefeitura de Porto Alegre, Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Tutelar, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Centro de Referência e Atendimento Infanto Juvenil (CRAI), Secretaria do Trabalho Cidadania e Assistência Social/RS, Ministério Público, Brigada Militar, Delegacia da Criança Vítima e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Desta forma, mais especificamente, o eixo estratégico que trata da “análise da situação” tem como um de seus objetivos desvelar a real situação da violência e ESCA.

No eixo estratégico de “mobilização e articulação”, um de seus objetivos é o de comprometer a sociedade civil e governo no enfrentamento da violência e da exploração sexual comercial. Já no eixo de “defesa e responsabilização” um de seus objetivos é o de promover debate público sobre a penalização e apuração de crimes sexuais contra crianças e adolescentes. No eixo “atendimento” um dos objetivos é o de garantir atendimento integral à criança e ao adolescente envolvido na problemática da ESCA. Dentro do eixo “Prevenção”, vemos também como objetivo o enfrentamento de fatores de risco da violência sexual, tais como a violência doméstica e drogadição. E por último, vemos no eixo “Protagonismo Juvenil” o objetivo de capacitar estes jovens sobre o tema da ESCA (CMDCA, n/d).

Assim, podemos reiterar que muitas das ações realizadas no âmbito da ESCA prevêm o envolvimento da sociedade civil para a concretização das atividades acima citadas (Amorim, 2005; ANDI, 2007; Castanha, 2008; Cerqueira-Santos et al., 2008; Leal & Leal, 2002). De acordo com Castanha (2008), a mobilização social é uma das principais estratégias para o enfrentamento da problemática da violência sexual "portanto mereceu destaque dentro do texto o papel das organizações não-governamentais, dos Fóruns, Comitês e similares como protagonistas da mobilização social e da articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário" (p.5)

2. MÉTODO

2.1. Participantes

Participaram do presente estudo 7 integrantes do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, sendo a amostragem por conveniência (Morais et al., 2007). Todas as participantes são do sexo feminino. A média de idade é de 41,7 anos, com idade mínima de 28 e máxima de 61 anos. Cinco participantes possuem Ensino Superior Completo e duas em formação. As participantes representam diferentes instituições que compõem o Comitê.

2.2. Instrumentos e materiais

Foi realizada entrevista semi-estruturada, de forma individual (Anexo A), bem como a coleta de dados sociodemográficos (Anexo B), a fim de descrever a amostra de entrevistados. A entrevista foi elaborada especificamente para este estudo, tendo sido gravada a fim de manter a fidedignidade dos dados e posteriormente transcrita.

2.3. Delineamento, Procedimentos e Considerações Éticas

Os integrantes do Comitê foram convidados pessoalmente pela pesquisadora a participar da pesquisa, em caráter voluntário, sendo isto acordado no decorrer de uma reunião mensal do Comitê, realizando agendamento de entrevista. Foram garantidos tanto a confidencialidade quanto o anonimato, buscando dar informações também acerca da pesquisa, seus objetivos, e quaisquer informações que fossem pertinentes aos participantes.

Durante a entrevista foram retomados estes pontos com o participante, bem como propiciado esclarecimento de dúvidas e informação a respeito da possibilidade de interrupção da participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Desta forma, foi fornecido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em Anexo C, garantindo o exposto acima. Em média, as entrevistas duraram 30 minutos, tendo sido realizadas após alguma das reuniões ou em outro momento. Após explicação sobre o

estudo iniciou-se a entrevista semi-estruturada (Anexo A) e ao final coleta dos dados sociodemográficos (Anexo B). Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Psicologia da UFRGS, com o intuito de preencher as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Resolução 196/96) do Conselho Nacional de Saúde. O número de protocolo do projeto desta pesquisa é 2010059.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de análise dos dados foi realizado de acordo com a análise de conteúdo de Bardin (1988), tendo sido encontradas a partir das entrevistas, algumas das seguintes categorias: conhecimento acerca do Plano de enfrentamento, relevância do Plano, assim como tendências futuras do Plano. A partir da análise dos dados foram encontradas seis categorias, que são: Conhecimento acerca do Plano de enfrentamento; Relevância do Plano; Limitações do Plano; Estrutura sociopolítica que atravessa o Plano; Implementação do Plano e Tendências futuras do Plano. As participantes foram identificadas com a letra “P”, em ordem crescente de entrevistas, optou-se por manter o relato fidedigno, sem correções gramaticais, assim como realizar a discussão junto dos resultados.

3.1. Conhecimento acerca do Plano de Enfrentamento

Desta forma, com relação à primeira categoria identificada denominada “Conhecimento acerca do Plano”, foram encontradas três subcategorias: profissionais que possuem conhecimento pleno sobre o Plano, tendo como característica conhecerem os eixos propostos nele; os profissionais que possuem conhecimento básico, porém consistente acerca do Plano de enfrentamento, conseguindo citar alguns dos eixos; e os que possuem conhecimento superficial acerca deste Plano, não conseguindo nomear os eixos, nem quantos são.

A subcategoria “conhecimento pleno” explicita a capacidade do participante da pesquisa em demonstrar um conhecimento amplo, profundo e reflexivo sobre o Plano, como o exemplo da fala de P2, a qual pontua que:

(...)é esse eixo do protagonismo juvenil que a gente tem muito a explorar ainda, tá, e ahn eu, eu considero assim o Plano, o eixo também da responsabilização muito importante, né. E é um eixo que ainda tem muito a ser trabalhado né, porque parece que é mais fácil trabalhar com mobilização, conscientização né, que é esse momento que a gente tá vivendo muito dele também, mas ahn os outros eixos tem tanta importância quanto e eles, são eixos que não são fáceis de trabalhar, né.

Neste exemplo, podemos perceber domínio no conhecimento do Plano Municipal, bem como capacidade para argumentar sobre este, favorecendo fala reflexiva, demonstrando assim conhecimento pleno sobre o Plano.

A subcategoria conhecimento básico, refere-se à capacidade do participante desta pesquisa, em abordar de forma mais restrita, porém consistente, acerca do seu conhecimento sobre o Plano. Temos assim, na fala de P4 exemplo disto: *“eu tentei contribuir dentro daquilo que eu vivo, que é, bom, ahm, por exemplo, tinha no eixo prevenção “capacitar os profissionais da educação, os educadores né”*.

E como exemplo de conhecimento superficial temos a fala de P7, a qual expressa que o Plano *“(...)tá escrito em eixos, são quatro ou cinco eixos né”*, sendo este na realidade composto por seis eixos. Percebemos então as dúvidas causadas em decorrência do desconhecimento sobre o conteúdo do Plano Municipal.

Libório et al (2007), como já anteriormente exposto, realizaram projeto no intuito de explicitar e compreender o conhecimento que os profissionais da educação, na cidade de Presidente Prudente, têm sobre a temática da violência sexual, mais especificamente abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Além desta, outra experiência realizada por Kassar et al. (2005) no município de Corumbá-MS, similar à de Libório et al (2007), teve como objetivo conhecer a percepção acerca da situação de exploração sexual comercial, tendo sido entrevistados 22 profissionais, 22 adultos da comunidade e 11 adolescentes em situação de exploração sexual. Evidenciam-se então, estes como os poucos trabalhados encontrados que mais se assemelham à pesquisa realizada aqui.

Desta forma, na sua maioria, as participantes conseguiram citar alguns dos eixos que compõe o Plano, bem como explicar acerca deles, as metas propostas bem como objetivos de alguns deles, demonstrando ter conhecimento básico, porém consistente sobre o conteúdo do Plano Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual. De forma geral, todas mencionaram os eixos que compõe o Plano, pontuando brevemente sobre alguns deles, sinalizando possuírem domínio restrito, porém consistente sobre este documento.

3.2. Relevância do Plano

A segunda categoria encontrada foi denominada “Relevância do Plano”, tendo as seguintes subcategorias: operacionalização de estratégias, visibilidade de atores sociais, articulação da rede de proteção, assim como a intersetorialidade e sensibilização acerca da exploração sexual de crianças e adolescente (ESCA).

Portanto, uma das subcategorias que surgiu nas entrevistas como ponto importante tratado dentro do Plano, seria o fato dele operacionalizar as estratégias, isto é, ele organiza as questões a serem trabalhadas dentro da temática da ESCA, tendo como exemplo a fala de P2, a qual observa “(...) *eu acho que o Plano Municipal, o que ele tem de mais importante é que ele operacionaliza as estratégias, né*”.

Seguindo, temos como subcategoria importante estar no Plano de Enfrentamento, a questão da visibilidade dos atores sociais, explicitada novamente na fala de P2, a qual pontua “*ele dá a responsabilidade a alguns dos atores municipais, do que cada um tem que fazer, e que parte que se encontra, né*”. A noção de ator social é compreendida aqui como toda entidade, governamental ou não governamental, bem como a sociedade civil, engajada em um assunto específico, atuando com vistas a sua resolução, sendo no caso deste trabalho a ESCA. Vale ressaltar que na pesquisa PESTRAF (Leal & Leal, 2002), a atuação de atores governamentais e não governamentais, articulando e mobilizando mostrou-se como fator importante para a conseqüente sensibilização, discussão e construção dela.

Prosseguindo nas subcategorias encontradas, temos “articulação da rede de proteção”, asseverada por P1, a qual expressa “(...) *pelo que eu lembro eu acredito que seja esta interligação, justamente da rede pra enfrentar a problemática, né. Acho que seria isto o que eu vejo de mais importante*”.

Com vistas a isto, pensando nas subcategorias “visibilidade dos atores sociais” e “articulação da rede de proteção”, Amorim (2005) afirma que as redes não se constituem em invenções abstratas, mas que elas “partem da articulação de atores/organizações/forças existentes no território para uma ação conjunta multidimensional com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada” (p. 107).

Continuando temos a subcategoria intersetorialidade como ponto importante encontrado no Plano, qual seja o comentário de P4 “(...) *pra mim a importância do*

Plano é a intersectorialidade eu diria, entendeu? Essa necessidade de tu ter a visão do todo, de tu trabalhar em conjunto, porque a exploração sexual ela ta dada por todas as secretarias, né, e não pra uma só (...)". Ao se pensar nisto, De Lima (2005) discute ser o trabalho voltado para a intersectorialidade, dentro de assuntos como a violência, algo complexo e que demanda a integração de muitos setores para realização de atendimento integrado.

E por último temos a subcategoria "sensibilização acerca da exploração sexual de crianças e adolescente (ESCA)", a qual P7 aponta para "*(...)a sensibilização da sociedade como um todo, e principalmente os profissionais da área, né: professores, ahn, educadores, gestores, a sensibilização pra esse assunto, pra que ele não fique perdido como muitas vezes acontece*". Para fins de esclarecimento, o termo sensibilização é compreendido neste trabalho como a capacidade de nos deixarmos tocar, emocionalmente, neste caso a respeito da ESCA, abrindo espaço para reflexão sobre o assunto.

É possível perceber, desta forma, que o ponto convergente neste Plano como atributo importante, de acordo com as participantes, encontra-se no fato dele ser visto como um norteador para atuação no enfrentamento da ESCA. Quer dizer, ele é visto como um organizador das ações no município, bem como de seus atores sociais, possibilitando, integração destes com as propostas contidas nele.

3.3. Limitações do Plano

A terceira categoria está relacionada às limitações do Plano, apontando para duas questões predominantes durante todas as entrevistas, quais sejam a aplicabilidade e operacionalidade do Plano Municipal de Enfrentamento. De forma geral, percebe-se conforme estas profissionais que existe necessidade de conseguir tornar prático o Plano, isto é, conseguir sair do Plano teórico, "*ser aplicado, sair do papel*"(P4), e realmente colocar em prática os eixos pressupostos nele. Sendo assim, P1 verbaliza "*eu acho que é a efetiva prática, né*" que está faltando com relação ao Plano de Enfrentamento, e P7 acredita que "*(...)agora é batalhar pra que ele realmente se efetue e passe a acontecer(...)*".

Além disso, parece também existir necessidade de tornar mais operacional o Plano, de modo a caracterizar, delimitando funções. Quer dizer, conseguir nomear a

quem pertence cada eixo, quem irá executar cada eixo, bem como questões como prazos para execução de ações, além de orçamento destinado para este fim. Sendo assim, P6 questiona “(...)qual é o indicador o que a gente quer atingir com aquilo né, qual é o resultado obtido lá, de ver quem e como, qual é o resultado que vai atingir”, e P2 enfatiza que “(...) hoje ele precisa ser um Plano bem operacional, bem chão assim”. Além delas, P3 também levanta a respeito disto dizendo: “eu acho que ainda o que está faltando são ações pontuais”; e P5, de forma muito evidente trata desta situação dizendo que “(...)é a dificuldade que nós temos de operacionalizar esse Plano”.

Leal e Leal (2002) levantam a questão da falta recursos financeiros destinados à área da ESCA, de acordo com as ONGs, e também pontuam sobre a precariedade dos equipamentos públicos de atenção à mulher, às crianças e ao adolescente, assim como a morosidade da justiça e a pesada estrutura do sistema judiciário.

Essa questão da operacionalização surge como algo que falta no Plano, mostrando este ser um atributo controverso deste documento. É possível inferir, com base na fala das participantes, que as questões mais importantes tratadas dentro do Plano (explicitadas na categoria 2, anterior a esta) são aquelas que se encontra dificuldade em serem aplicadas, mostrando lacuna entre a aplicação real do Plano, bem como operacionalização das estratégias pressupostas nele.

3.4. Estrutura sociopolítica

A quarta categoria é composta pelas seguintes subcategorias: estrutura política, questão cultural, criação de novos serviços e espaços de discussão, e qualificação dos profissionais. Esta categoria tem como intuito discutir acerca das influências da estrutura sociopolítica que circunda as ações referentes à efetivação do Plano Municipal, conforme as entrevistas realizadas.

Assim, temos como subcategoria a questão da “estrutura política”, da qual o Plano depende para a sua efetivação, de acordo com as participantes. Desta forma, encontramos segundo P2, fala referente a esta questão: “Primeiro lugar, o município tem que chamar todos atores, nós precisamos ter todas representações, ahn, legais, formais do município. E pra isso o Comitê precisa estar, fazer o decreto, estar regulamentado, aí que o Plano realmente vai ser cumprido, né”.

Seguindo, temos como subcategoria a questão cultural que permeia a aplicação deste Plano. Sendo assim, temos na fala de P6 exemplo disso, qual seja: *“ai, isso até me doeu porque eu não sou adolescente, quando eu vi que 16 anos e um senhor de idade, 80 anos se envolveu com a menina e eles estavam namorando como se fosse natural. Então eu vejo que as pessoas vêem que é natural”*. A partir disto é possível asseverar que a questão cultural influencia também a aplicação deste Plano, na medida em que expõe como as relações humanas estão determinadas, bem como a aceitabilidade da sociedade para questões como esta, conforme apontam as participantes.

De acordo com Bronfenbrenner (1996), podemos compreender esta questão cultural, como parte do macrosistema que nos circunda, isto é, todas as questões que envolvem a nossa sociedade, a cultura, os valores pertencentes ao meio em que vivemos. Seriam todas questões não palpáveis, que determinam modos de agir, pensar e sentir, caracterizando ideologias, paradigmas e pensamentos de uma época. Ampliando esta questão, seria a forma em que enxergamos o papel do homem e da mulher em nossa sociedade, e a partir disso, de que forma vivenciamos isto nos nossos microsistemas, isto é, em nossas famílias, nos nossos trabalhos.

É desta forma que De Souza (2000) clareia a respeito da questão dos papéis masculinos e femininos em nossa sociedade, denunciando uma sociedade em que a dominação masculina se estabeleceu desde os tempos da colonização portuguesa no Brasil, podendo assinalar assim as relações assimétricas de poder, em que existe uma relação de desigualdade e subordinação. Ademais Kassir et al. (2005), também levantam a questão da desigualdade de poderes, que envolve a situação da exploração sexual, trazendo a tona novamente a questão da submissão feminina e das relações assimétricas de poder.

A seguir, temos a subcategoria “criação de novos serviços e espaços de discussão”, tendo sido expresso como algo importante para que o Plano Municipal seja efetivado. Portanto, a exposição de P7 é um exemplo disto, a qual pontua que: *“(...)ampliando, ahn abrindo novos espaços de equipes pra atendimento dessas crianças, dessas famílias (...)”* será possível garantir a efetivação do documento aqui estudado.

Finalizando esta categoria, temos a subcategoria “qualificação dos profissionais”, referente ao preparo dos profissionais para lidar com situações de exploração sexual de crianças e adolescentes. Desta forma, temos como exemplo a fala

de P3, a qual assevera *“então, ahn, eu acho que deveria ter mais instrução pra quem convive com as crianças, pra poder perceber mudanças de atitudes delas, poder conversar mais com as crianças, pra que elas possam revelar o, e de repente delatar o crime que ocorre com elas”*. Leal e Leal (2002) com relação a esta situação corroboram relatando sobre a capacitação insuficiente de pessoas *“que atuem no sistema de atendimento e nos espaços de defesa e de responsabilização”* (p.209).

Portanto, de acordo com as participantes da pesquisa, podemos refletir sobre as questões que permeiam a efetivação do Plano Municipal, bem como de que forma a estrutura sociopolítica influencia neste processo. Cabe estabelecer então que pontos como a estrutura política determina a efetivação da aplicabilidade do Plano, bem como a forma como ela está organizada, evidenciando também questões da cultura vigente, e preparo dos profissionais no manejo em situações de violência contra crianças e adolescentes, convergem na medida em que são explicitados como possíveis pontos de validação da efetivação do Plano.

3.5. Implementação do Plano

Esta quinta categoria tem como subcategorias os seguintes temas: atuação do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, visibilidade temática ESCA, divulgação do Plano de Enfrentamento, articulação de políticas, serviços de atendimento desarticulados, implicações pessoais e dados acerca da ESCA. Portanto, de acordo com as participantes, esta categoria surge no intuito de proporcionar discussão a respeito de assuntos que influenciam na implementação do Plano, em nível municipal, apontando para questões importantes a respeito da forma como isto pode ser garantido no município.

Surge então nesta discussão, a atuação do Comitê Municipal de Enfrentamento, assinalado na fala de P5 *“(...)formulamos uma proposta dum Comitê e esse Comitê tem até hoje. Enfim, não ta ahn ainda legalizado mas já tá em vias de fato, já está com o decreto quase pronto”*. Emerge conseqüentemente da necessidade de implementação do Plano, o papel do Comitê, introduzido também pela fala de P1: *“Então eu acho que o papel de Comitê é importante, nesta divulgação do Plano e da sensibilização seguinte”*, apontando este como um dos aspectos que poderão garantir a posterior implementação do Plano municipal.

Leal e Leal (2002) delinham as ONGs, bem como os fóruns, os centros de defesa, os conselhos (podendo pensar neste presente caso o CMDCA, juntamente do Comitê de Enfrentamento), os movimentos e setores do poder público, como os órgãos mobilizadores do enfrentamento à ESCA. Também, de acordo com Castanha (2008), já exposto na introdução deste trabalho, na redação do Plano Nacional de Enfrentamento foram destacadas estas mesmas organizações, isto é, os fóruns, os comitês, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como os grandes responsáveis por este enfrentamento.

Temos também como subcategoria a visibilidade da temática da ESCA, do ponto de vista de P7, enfatizada a partir da necessidade em que se dê “(...) *maior velocidade, maior ahn acho que pressão do tema, pra que esse tema não seja mais velado (...)*”, também delineada na fala de P5, como sendo um assunto “*muito arrastado, tema polêmico, difícil...*”. Esta subcategoria aponta para reflexão da temática da ESCA, sendo a não visibilidade desta temática como possível aspecto que dificulta a implementação do Plano Municipal. Sendo assim, Leal e Leal (2002) explicitam que na PESTRAF foi revelado retrato bastante cruel sobre o fenômeno da ESCA, em que este é “tragicamente encoberto pelo silêncio” (p.109) e pela indiferença da própria rede de proteção social.

Temos também enfatizado pelas participantes a “divulgação do Plano de Enfrentamento” como mais um ponto importante para a implementação do Plano. Segundo P5 foram encontradas “(...) *algumas dificuldades no início do ano em função de que ahn, na verdade nem todas as pessoas conhecem esse Plano, não foi divulgado, ele não foi, ele não foi apresentado pra rede*”. Possibilita-se assim reflexão de acordo com mudanças que são vislumbradas, a partir desta divulgação, na medida em que a situa como necessária para a implementação do Plano. Ademais, P6 também pontua isto, a partir do exposto a seguir: “*Olha, eu conheço o Plano, mas também não posso dizer que eu conheço profundamente o Plano, porque ele nunca foi muito socializado*”.

Emerge também como subcategoria a “articulação de políticas”, estabelecida pela fala das participantes da pesquisa, conforme P5 postula que “(...) *não é articulada uma política no município pra dar conta do que tá no Plano*”. Evidencia-se assim, necessidade de que as políticas estejam interligadas, expressa também na fala de P1, a qual sugere “(...) *propor uma articulação entre as políticas em núcleo porque a gente sabe que pra chegar neste ponto muita coisa tem que andar*”.

Surge novamente, conforme as participantes da pesquisa, necessidade de diálogo e reflexão sobre a forma como as políticas estão organizadas no município, para dar conta da temática da ESCA. Com vistas a este assunto, Da Silva (2007) postula que somente a existência de diretrizes legais, bem como políticas públicas fragmentadas, não é capaz de garantir plenos direitos sociais.

Além das subcategorias já expressas, temos também “serviços de atendimento desarticulados” encontrado nas entrevistas. Desvela-se a partir disso, o exposto de P1 “*por que eu acho que sempre foi difícil trabalhar com isso que o serviço é fragmentado*”.

De forma análoga, vemos novamente surgir questão do diálogo e articulação, como premissas importantes para a efetivação da aplicação e implementação do Plano Municipal. Evidencia-se também, como já exposto na subcategoria anterior de “articulação de políticas”, necessidade de reflexão para que se torne possível a implementação. A fim de que esta implementação ocorra, de acordo com as participantes, mostra-se importante a união dos serviços de atendimento da ESCA.

Como subcategoria também temos “implicações pessoais”, pontuada da seguinte forma, em dois momentos distintos, de acordo com a mesma participante:

E do quanto é nós falarmos em ações e ahm de enfrentamento a essa violência mexe com as nossas questões pessoais, inerentes ao ser humano, da sexualidade né. E que toda vez assim que a gente pensa ‘mas porque que essa ação não foi desenvolvida?’, né, ‘por que que as pessoas não tão ligando para este Plano?’ né, porque ele mexe com questões muito profundas do ser humano. (P2)

Então assim, o Plano Municipal, ele é muito mais que um documento formal, tu olha pra ele, ele é um documento político, formal, tá. Mas na hora que as pessoas pegam pra trabalhar com ele, sabe, ele se transforma num instrumento onde tu vai fazendo uma baita дума terapia contigo mesmo (...). (P2)

Esta subcategoria conduz então às implicações pessoais, que influenciam na implementação do Plano Municipal, trazendo à tona questões de âmbito subjetivo e pessoal. Perceber e levantar pontos deste âmbito, assim como a questão cultural (subcategoria da categoria “estrutura sociopolítica”), torna-se importante, na medida em que depõe a respeito da vida humana, como as relações se estabelecem. Libório et al (2007) acentuam ainda mais esta questão ao afirmar que “[...]o fenômeno da violência

sexual contra crianças e adolescentes, expressa através do abuso e da exploração sexual, [...] nos incita a refletir sobre a nossa própria sexualidade e a sexualidade humana na sociedade contemporânea”(p.147).

De forma geral, praticamente todas subcategorias, convergem para um tema: o silêncio frente a temática da ESCA. É desta forma que Libório et al.(2007) novamente denunciam sobre este silêncio, nos dizendo que temas como este “[...] mostram a perversa estrutura social, com os valores sociais e culturais discriminatórios em relação a pessoas ou categorias sociais estigmatizadas e vivendo reflexos de uma exclusão social, mas que apesar disto, mobilizavam o imaginário social” (p. 147).

E finalizando temos a subcategoria “Dados acerca da ESCA”, levantada por P5 que *“ninguém, hoje tem dados especificamente da questão da exploração sexual aqui em Porto Alegre né, dados específicos dessa temática ninguém tem. Assim, a questão de sistematização dos dados se mostra como um dos passos necessários para a posterior implementação do Plano Municipal de Enfrentamento. Desta forma, encontramos na fala de P6 verbalização sobre esta questão também, a qual considera“(...)eu vejo uma das maiores dificuldades a gente não tem os dados, não tem a informação, se você quer fazer um diagnóstico tu não tem informação(...)”*

Ainda conforme Leal e Leal (2002), uma das dificuldades delimitada tanto nas organizações governamentais, como nas não governamentais, encontra-se no fato delas não considerarem certos indicadores, os quais permitiram identificar “por meio de seus instrumentos de coleta e de sistematização de dados, a situação de tráfico no conjunto das ações institucionais” (p. 209).

3.6. Tendências futuras do Plano

Este resultado aponta para as tendências futuras que poderão surgir em decorrência da implementação do Plano, de acordo com as participantes, bem como questões que estão sendo trabalhadas atualmente, a fim de delimitar algumas ações no município de Porto Alegre. A partir disso, desdobraram-se as seguintes subcategorias: implicações SUAS e FASC, implicações PAIR, plano operativo e oficialização Comitê de Enfrentamento à Exploração.

Portanto, conforme relato das participantes, surge como subcategoria as implicações do SUAS e da FASC, vendo estes como organizadores de ações

municipais, ao que relata P3: *“então eu acredito que essa mudança vai começar a funcionar no momento que o SUAS estiver implementado em Porto Alegre, implantado, através da FASC, né, porque a FASC vai ser a responsável por todas essas ações”*.

Nesta perspectiva, a Norma Operacional Básica, a NOB/SUAS, instaura o Sistema Único de Assistência Social, através da Resolução nº130 do Conselho Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005). E a FASC, conhecida como Fundação de Assistência Social e Cidadania, é instaurada em 2000 pela lei 8.509, e desde então tem como atribuições desenvolver programas e serviços para a população em situação de vulnerabilidade social, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 (Prefeitura de Porto Alegre, n/d).

Também é incluída na fala das participantes da pesquisa, a subcategoria “Implicações PAIR”, que encontra-se em andamento, e que de alguma forma influencia na implementação do Plano Municipal. Assim, na fala de P1 vislumbra-se este papel do PAIR, ao que ela estabelece: *“Acho que com o PAIR agora com este programa talvez a gente tenha uma outra alternativa né”*. O PAIR tem como um de seus objetivos estratégicos *“integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho, entre Governos, Sociedade Civil e Organismos Internacionais, visando o desenvolvimento de ações de proteção a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência sexual e tráfico para fins sexuais”* (Presidência da República, 2006, p.3). P4 também elucida acerca do PAIR, conforme o seguinte depoimento: *“Então descobri, fiquei sabendo do PAIR, do seminário que teria (...)”*. Então, novamente conforme pontua a Presidência da República (2006), o PAIR pressupõe a realização de um seminário para a construção de Planos Operativos, primando pela sua construção de forma coletiva.

Ademais, temos a subcategoria “Plano operativo”, identificado no relato de P6, afirmando, de acordo com o PAIR *“ele já diz ‘é o plano operativo’, então é um plano pra ser operacionalizado, então é muito mais do que um plano”*. Como já pontuado acima, nos parâmetros metodológicos do PAIR, nele é pressuposta a construção de Planos Operativos Locais, através de um seminário. No roteiro de reflexão deste seminário, temos a apresentação dos resultados do diagnóstico participativo, realizado em momento anterior ao seminário, o qual intencionava realizar *“levantamento de informações quanto à demanda de crianças e adolescentes em situação de violência*

sexual, bem como a organização e estruturação dos serviços da rede (Presidência da República, 2006, p.6)”.

E por último, temos a subcategoria “oficialização Comitê de Enfrentamento à Exploração”, também explicitada como algo que está por vir. Portanto, assim como apontado por P6 *“é, o que que tem, por exemplo o Comitê que tá sendo agora oficializado pelo prefeito, eu acho isso vai dar um bom impulso aí né, ainda tem, o Comitê Municipal trabalhou bastante, tá sendo oficializado, né(...)”*.

Desta forma, situam-se nesta categoria questões referentes ao que está acontecendo, e está por vir no município de Porto Alegre, acabando por situar o momento atual da implementação deste Plano. Assim, esta categoria buscou explicitar acerca das entidades, bem como dos programas, que de acordo com as participantes da pesquisa, estão em andamento atualmente.

Finalizando, a maioria das participantes traz, de forma muito evidente, necessidade do Plano ser melhor aplicado, tornando-se um Plano operacional, indo além da sua característica de nortear ações, assim como definitivamente “sair do papel”. Trazem também o Plano como um organizador das funções de seus atores sociais, bem como questões referentes à estrutura sociopolítica que o atravessa, pontuando assim a cultura, a estrutura política e a qualificação dos profissionais como assuntos que andam junto à implementação dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou identificar questões que influenciam na implementação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, bem como propiciar momento de reflexão sobre de que forma os determinantes externos, e internos (psíquicos, subjetivos) influenciam na sua implementação. Assim, a partir deste trabalho a questão da implementação deste Plano ganha lugar central, na medida em que é vislumbrada como algo necessário pelas participantes.

Cabe ressaltar aqui, que durante a realização desta pesquisa, paralelamente estava acontecendo o processo de aprovação do decreto, com a finalidade de regulamentar o Comitê de Enfrentamento à Exploração, assim como o Plano também. Desta forma, é possível inferir o foco nesta questão da implementação como decorrente deste momento atual de aprovação do decreto. Assim, de acordo com o Diário Oficial de Porto Alegre (Porto Alegre, 2011) é instituído no dia 6 de janeiro de 2011, tanto o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, quanto o Plano Municipal aqui estudado.

Além disso, o momento atual do Plano e do Comitê trouxe o foco também para programas como o PAIR, o qual possui proposta de criar um Plano operativo a partir do seminário, já descrito nos resultados aqui apresentados. Desvela-se assim, o seminário realizado pelo PAIR, como possível padronizador das respostas aqui descritas.

Ademais, foi possível perceber também urgência no desvelar a exploração sexual de crianças e adolescentes, não permitindo com que este tema continue secreto, tanto pela sociedade quanto pelas autoridades legais e profissionais envolvidos. Vale ressaltar este trabalho como uma tentativa de tornar este assunto menos encoberto e mais revelado, buscando também facilitar a sensibilização e reflexão acerca disto. Facilitar a discussão deste tema é também permitir com que o medo decorrente dele seja dissipado, pois quanto mais nos permitirmos sentir o trabalho que realizamos, tão mais fácil será conseguir superar as barreiras que nos impedem de realizar ações mais integradas e eficazes.

REFERÊNCIAS

- Agência De Notícias Dos Direitos Da Infância. Série Jornalista Amigo da Criança (2007). *Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Guia de referência para a cobertura jornalística*. Brasília, DF. Recuperado em 12 de dezembro de 2009, de <http://www.informacao.andi.org.br/relAcademicas/site/visualizarConteudo.do?me todo=visualizarSeriePublicacao&codigo=7>
- Amorim, S. M. F. de (2005). Reflexões sobre o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. In A. S. Silva, E. Senna, M. de C. M. Kassara (Orgs.), *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS* (pp 89-110). Brasília: OIT.
- Bardin, L. (1988). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/1990*. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. Ministério da Justiça (2001). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil*. Brasília: MJ / SEDH / DCA.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (2005). *Norma Operacional Básica (NOB / SUAS)*. Brasília: Autor.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Castanha, N. (Org.) (2008). *O processo de revisão do plano nacional (Relatório de Acompanhamento 2007-2008)*. Brasília, DF: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Cerqueira-Santos, E., Morais, N. A.; Moura, A S., & Koller, S. H (2008). Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Uma Análise Comparativa entre Caminhoneiros Clientes e Não-Clientes do Comércio Sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 21(3), 446-454. Recuperado em 12 de novembro, 2009, de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n3/v21n3a13.pdf>

Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2007). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: Uma Política em Movimento* (Relatório do Monitoramento 2003-2004). Brasília, DF: Autor.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) (n/d). *Plano municipal de enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes e pelo direito a uma sexualidade saudável*. Porto Alegre, RS: Autor. Recuperado em 18 de junho, 2010, de http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/conselhos_tutelares/usu_doc/plano_municipal_de_combate_a_exploracao_sexual_de_crianças_e_adolescentes.doc

De Lima, C.A. (2005). Novos tempos novas estratégias: o setor saúde abre suas frentes para o enfrentamento a violência e exploração sexual comercial sofrida por crianças e adolescentes no Brasil. In A. S. Silva, E. Senna, M. C. M. Kassab (Orgs.), *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS* (pp 33-50). Brasília: OIT.

Da Silva, E. C.(2007). O agressor em pauta: fortalecendo medidas de prevenção à violência sexual. In M. L. P. Leal, M. F. P. Leal, R. M. C. Libório (Orgs.), *Tráfico de pessoas e violência sexual* (pp. 213-228). Brasília, Brasil: VIOLES/SER/ Universidade de Brasília.

De Souza, E. (2000). A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 485-496.

Faria, T.D., Oliveira, P. A F. de., & Mendes, R. (2007). O enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes: desafios e caminhos. *Ciência e saúde coletiva*, 12(5), 1115-1118. Recuperado em 10 dezembro, de http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000500005&lng=pt

- Kassar, M. C. M, Mendonça, A. G., Wounnsosky, C. S. B., Leite, D. C., Jobbins, E. F., Koberstain, E. J. et al. (2005). Aspectos subjetivos da percepção da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Corumbá. In A. S. Silva, E. Senna, M. C. M. Kassar (Orgs.), *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS* (pp 33-50). Brasília: OIT.
- Leal, M. L. P. (1999). *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório Final, Brasil*. Brasília, Brasil: CECRIA.
- Leal, M. L., & Leal, M. F. (2002). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil* (Relatório Nacional PESTRAF). Brasília: CECRIA.
- Libório, R. M. C. (2004). Exploração sexual comercial infanto-juvenil: Categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In R. M. C. Libório, & S. M. G. Souza (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais* (pp. 19-50). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo e Goiânia, Brasil: Universidade Católica de Goiás.
- Libório, R. M. C. (2005). Adolescentes em situação de prostituição: Uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 413-420.
- Libório R. M. C., Camargo, L. S., Santos, R. C. F. dos, & Santos, R.B. (2007). Saberes de profissionais de educação sobre abuso e exploração sexual: contribuições para políticas educacionais. In M. L. P. Leal, M. F. P. Leal, R. M. C. Libório (Orgs.), *Tráfico de pessoas e violência sexual* (pp. 147-166). Brasília, Brasil: VIOLES/SER/ Universidade de Brasília.
- Morais, N. A., Cerqueira- Santos, E., Moura, A. S., Koller, S. H & Vaz, M (2007). Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Um Estudo com Caminhoneiros Brasileiros. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 23(3), 263-272. Recuperado em 12 de novembro, 2009, de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a04v23n3.pdf>

- Nunes, M. D. R. (2009). *Pedofilização e mercado: o corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado em 18 de junho, 2010, de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18269/000727776.pdf>
- Oliveira J. C. (2008). *Declaração pede pacto de combate à violência sexual contra criança*. Reportagem da Agência Câmara: Câmara dos Deputados. Recuperado em 18 de junho, 2010, de <http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html>.
- Paixão, A. C. W. da & Deslandes, S. F. (2010). Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. *Saúde e Sociedade*, 19(1), 114-126.
- Prefeitura de Porto Alegre. Fundação de Assistência Social e Cidadania (n/d). *Histórico: da recreação à assistência social*. Recuperado em 15 de março, 2011, de http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=2&p_secao=56
- Porto Alegre (2011). *Decreto Nº 16.912, de 6 de janeiro de 2011: institui o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Porto Alegre: Diário Oficial de Porto Alegre.
- Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (2006). *Parâmetros Metodológicos do PAIR*. Brasília: Autor.
- Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Departamento de Assistência Social (n/d). *Plano estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil*. Porto Alegre, RS: Autor. Recuperado em 18 de junho, 2010, de <http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/peevsj.doc>

Anexo A

Entrevista semi estruturada

1. Você conhece o Plano Municipal de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes?
2. O que você considera mais importante/relevante no Plano Municipal de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes?
3. O que você acha que está faltando no Plano Municipal de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes?
4. Como você acha que este Plano deve ser implementado?
5. Que tipo de mudança você pensa que deverá ocorrer no município para o que o Plano seja implementado?
6. Você gostaria de falar algo além do que foi perguntado a respeito do Plano?

Anexo B

Ficha de Dados Sociodemográficos

Idade

Escolaridade:

Ocupação:

Número de pessoas com que co-habita:

Com quem mora:

Anexo C**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

A pesquisadora Jamile Bortoluzzi Zordan, psicóloga, aluna do Curso de Especialização em Saúde Comunitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, está realizando uma pesquisa denominada “Conhecimentos dos Integrantes de um comitê municipal acerca do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e pelo Direito a uma Sexualidade Saudável” sob orientação da Prof^a Clarissa De Antoni. Essa pesquisa trata sobre o que os profissionais do comitê municipal de enfrentamento a exploração sexual sabem e pensam acerca do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e pelo Direito a uma Sexualidade Saudável

Todas as informações cedidas a esta pesquisa serão mantidas em sigilo e utilizadas somente para esta pesquisa. A sua participação é voluntária, sendo que poderá interromper este processo em qualquer momento do processo de pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Desta forma, a partir do que me foi observado, concordo em participar da pesquisa “Integrantes de um comitê municipal: conhecimentos acerca do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e pelo Direito a uma Sexualidade Saudável”. Foi garantida a mim confidencialidade dos dados coletados, assim como ausência de riscos. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em eventos científicos, sempre preservando o anonimato dos participantes. Sendo assim, aceito voluntariamente participar desta pesquisa, não tendo sofrido nenhuma forma de pressão para isso.

Porto Alegre, _____, de _____ de 2010.

Assinatura do participante

Jamile Bortoluzzi Zordan (Pesquisadora)

Nome por extenso

Débora Dalbosco Dell’Aglío (Pesquisadora Responsável)